

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 919, DE 2011

Acrescenta o § 2º ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre a obrigatoriedade de se informar o valor total a ser pago pelos consumidores nas compras parceladas de produtos ou serviços, bem como nos empréstimos e financiamentos bancários.

EMENDA SUBSTITUTIVA

Dê-se a seguinte redação ao substitutivo do relator:

“O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos, convertendo-se o atual parágrafo único em § 1º:

Art. 31.....

§ 1º As informações de que trata este artigo, nos produtos refrigerados oferecidos ao consumidor, serão gravadas de forma indelével.

§ 2º Nas compras parceladas de produtos ou serviços, bem como nos empréstimos e financiamentos bancários, fica obrigatória a apresentação do valor total a ser pago ao final, as respectivas taxas de juros, comissões, todos os impostos e custos incidentes na operação, além do Custo Efetivo Total e despesas cartoriais, se houver.

§ 3º Nos contratos com indexador pós-fixado, a apresentação de que trata o parágrafo anterior deverá ser feita pelos valores nominais informando-se o indexador a ser contratualmente aplicado.

§ 4º Para efeitos no disposto neste artigo, o pagamento com o cartão de crédito é considerado pagamento à vista, sendo vedado ao estabelecimento credenciado impor ao consumidor portador de cartão de crédito ou débito condições ou preços diferenciados dos preços à vista ou lhe oferecer descontos ou outras vantagens,

impondo-lhe como condição que o pagamento seja efetuado em dinheiro ou cheque.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

JUSTIFICAÇÃO

Esta Comissão de Defesa do Consumidor já firmou posição contra campanhas que visam instituir uma sistemática denominada regra do sobre-preço para os consumidores portadores de cartão de crédito. Esse procedimento faz com que o consumidor que use cartão como meio de pagamento, pague mais caro por suas compras em relação aos consumidores que optarem pelas demais formas de pagamento.

Essa campanha não pode prosperar. O interesse em desestimular o uso do cartão de crédito não traz nenhum ganho para a sociedade, nem para os próprios empresários uma vez que, além de reduzirem seu potencial de vendas, aumentam o risco da operação tendo em vista que os custos com devolução de cheques é significativamente superior.

Além disso, as empresas de cartão de crédito são obrigadas a informarem à Receita Federal as operações realizadas, de modo que esse meio de pagamento serve de instrumento fiscalizatório. Sobre essa questão o jornal Correio Braziliense noticiou (15/07/09) “Varejo dá calote de R\$ 200 milhões em impostos: O valor foi identificado na análise das faturas de cartões e revelou que os comerciantes driblaram a Receita na hora de recolher o ICMS”. Segundo o jornal, “o Governo do Distrito Federal levou um calote de R\$ 200 milhões de 17 mil empresas varejistas em um ano. O valor corresponde a 55% da arrecadação mensal total de ICMS. Para descobrir a cifra, a Subsecretaria de Receita cruzou dados fornecidos por lojistas desde julho de 2008 com informações coletadas das operadoras de cartões de crédito e das secretarias de Receita de outras unidades da Federação”. Como se vê, o desestímulo ao uso do cartão traz também implicações fiscais.

Os Procons são contrários a essa proposta. Sob o argumento de que concederão descontos para os consumidores que utilizam outra forma de pagamento, alguns empresários pretendem desestimular o uso do cartão. É importante lembrar que decisão de aceitar ou não cartão de crédito é do próprio comerciante. Se aceita, não pode discriminar os clientes exigindo-lhe preço diferente dos demais consumidores.

O Procon-DF, por exemplo, entende ser a medida prejudicial ao consumidor. Para o órgão “o pagamento realizado através do cartão afasta o risco de prejuízo para o comerciante, não há inadimplência. A taxa que as administradoras cobram é referente, justamente, ao fato de que se o cidadão deixa de pagar, ela é que arca com o custo”.

O mesmo posicionamento é adotado pela Pró-Teste, maior entidade da América Latina de defesa dos interesses dos consumidores.

A entidade conclui que a proposta é abusiva: “Não se sustenta o argumento de que o preço cairá para quem paga à vista. Seria um retrocesso inaceitável. ‘Veremos o preço subir para quem usa cartão, e não diminuir para quem paga à vista’”.

Por esse e por outros motivos é que, desde 2004, há uma Nota Técnica do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC) condenando a prática da diferenciação de preços.

Por todo o exposto, para deixar inequívoca a proteção dos interesses desses consumidores, apresentamos a presente emenda.

Sala da Comissão, 9 de maio de 2012.

José Carlos Araújo
Deputado Federal – PSD/BA